

## Ata n.º 3/2023

### Reunião de Câmara realizada no dia 6 de fevereiro de 2023

-----  
Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila da Lousã, no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu ordinária e publicamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Dias Neves Sançana, Alcindo José Gonçalves Quaresma, João António Martins dos Santos e Ricardo Emanuel Soares Fernandes. -----

-----  
Às dez horas e sete minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu início aos trabalhos. -----

#### 1 - Período antes da Ordem do Dia. -----

##### Nota Prévia. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** começou por informar o Executivo de que no final desta reunião iriam tirar uma fotografia para assinalar a obtenção dos galardões recebidos das Bandeiras Verde Eco XXI, Autarquia Mais Familiarmente Responsável e Município pela Paz. Informou que o processo de Implementação do Sistema de Mobilidade do Mondego está a decorrer como o previsto, e brevemente será assinada a consignação do Parque de Máquinas e Oficinas. Os trabalhos referentes ao projeto do segundo edifício do Centro de Saúde da Lousã estão quase concluídos pelo que, brevemente, será apresentada a respetiva candidatura. Sobre o nó dos Pegos, informou que de acordo com o que tem sido conversado, brevemente, haverá condições para apresentar a versão definitiva do projeto. Em resposta a questões colocadas pelo **Senhor Vereador Victor Carvalho**, nomeadamente sobre a opção gestionária, disse que para além da informação prestada, não é necessário regulamento porque o processo está enquadrado na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e a deliberação de Câmara no ano de dois

mil e vinte e dois, aprovou o universo de trabalhadores contemplados e o montante ficou fixado. Em relação ao regime de desempate, no caso de acontecer, o que é pouco provável, serão aplicadas as regras do SIADAP. Sobre o anexo em falta do processo WindPark Lda, na documentação já remetida, entregou-o, diretamente, ao **Senhor Vereador Victor Carvalho**. Seguidamente, deu nota que da Moção aprovada sobre o aumento das tarifas praticadas pela ERSUC, acusaram a receção: a Presidência da República, o Grupo Parlamentar do PCP, o Senhor Presidente da Assembleia da República, e o Gabinete do Primeiro-ministro e da Moção pela condenação à invasão da Praça dos Três Poderes, em Brasília, acusaram a receção: A Casa Civil do Presidente da República, o Senhor Presidente da República e o Grupo Parlamentar do PCP. -----

-----  
**Inscrições para intervenção neste período:** -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** tomou a palavra começando por agradecer ao **Senhor Presidente** a resposta às questões por si colocadas via e-mail. Todavia, no seu entendimento o facto de serem dadas em sede de reunião do Executivo ficam desenquadradas, pelo que, futuramente, agradece que o procedimento de resposta seja pela mesma via e, em caso de persistência de dúvida da sua parte, voltaria a colocar a questão em reunião para que todos entendam o assunto em apreciação. Relativamente à opção gestionária, esclareceu que o perguntou por e-mail pelo facto do documento ter sido presente a reunião para votação, mas, por lapso dos serviços, não se fazer acompanhar da respetiva proposta, o que veio a constatar, posteriormente. Feita agora a análise, a referida proposta considera um total de 5% a que corresponde catorze trabalhadores, pelo que, perguntou objetivamente qual será o critério de atribuição a aplicar para a escolha destes trabalhadores. Donde perguntou ao **Senhor Presidente** se foi elaborado algum regulamento que estabelecesse esse critério, que fosse fácil e justo, entendendo que não existe, o que no seu entendimento levará a decisões que poderão não ser as mais corretas, uma vez que não existem regras definidas. Sabe que o **Senhor Presidente** se refere ao SIADAP, mas este diploma ainda vai demorar algum tempo a ter as avaliações concluídas, porque já está a decorrer o mês de fevereiro e, quem puder usufruir da opção gestionária já vai começar com algum atraso. Outros

critérios que deveriam ser considerados nesse regulamento, que insiste que devia ser elaborado, seria o Decreto-lei nº 84/F de 16 de dezembro de 2022 onde alguns trabalhadores possam logo progredir na carreira, caso tenham mais de trinta anos de serviço. Com isto, e resumidamente, na sua perspetiva com a criação de um regulamento que filtre ao máximo os trabalhadores que não terão acesso a poder progredir quer pela avaliação, quer por este decreto-lei e outra legislação subjacente, haverá menos trabalhadores identificados para passar pela opção gestonária, uma vez que só existem catorze pessoas. Citando: *"o que vai ficar no ar é que foram escolhidos a dedo e não é isso que eu quero enquanto autarca."* Relativamente ao acordo, que foi estabelecido com a empresa WindPark Lda, agradeceu o anexo remetido, e da análise que fez ao documento, concluiu que as obras estarão concluídas até trinta de abril, pelo que desejou que tal se venha a cumprir. Seguidamente, disse ter chegado ao seu conhecimento que o ar condicionado do Centro de Saúde, não se encontra em devido funcionamento e as pessoas passam imenso frio, motivo pelo qual disse ser importante averiguar esta questão. Quanto à EM 580, que liga o Cabo do Soito ao Castelo e Ermidas, informou que continuam pedras a resvalar das barreiras provocando já alguns danos em veículos que por ali circulam. Citando: *"vamos ter ali uma estrada que, de um lado temos o risco dos passadiços e do outro lado, temos o risco de desmoronamento de pedras."* Sensibilizou o Executivo para mandar os serviços vistoriarem o local e perceber o que se está a passar naquela estrada. Sobre o pedido de documentação, disse que, ainda, está em falta a entrega do estudo e pareceres geotécnicos referentes à obra dos passadiços, não aos pareceres da CCDRC. Voltou a dar nota da falha de funcionamento dos semáforos da Av. Brasil, e questionou quanto é que já foi gasto, ou se perspetiva gastar na reparação ou substituição daquele equipamento e propôs que fosse feito um estudo pelos serviços da Câmara Municipal, no sentido de verificar a possibilidade da criação de uma mini-rotunda ou cruzamento desnivelado que garanta uma melhor fluidez do trânsito mantendo a segurança rodoviária naquele cruzamento, ou seja, uma solução diferente da que está, porque quando o semáforo está a funcionar entope o trânsito e, no seu ponto de vista, pode-se estudar uma melhor solução para aquele local, mantendo a segurança e fluidez diferente e em segurança, tanto mais que,

citando: “*existem já muitos cruzamentos para entupir o trânsito na nossa Vila, quem andar na Lousã percebe que entope em cada esquina. Vejo com bons olhos o início das obras da Rua 1<sup>ª</sup> de Dezembro, era para janeiro, mas perto de fevereiro lá começaram, espero que agora continuem sem atraso, pois é uma via que tem muito movimento, até pela falta de alternativas para sair do centro da Vila para a zona das Gândaras.*”-----

Em seguida apresentou um Voto de Protesto que diz respeito ao estado das vias de acesso ao concelho que apresenta evidentes sinais de falta de manutenção, inúmeras reclamações, falta de marcação de sinalização horizontal, destacando a EN 236, EN 342 e EN17. Este protesto é dirigido às Infraestruturas de Portugal, S.A. que, apesar dos vários pedidos da autarquia não tem feito nada e pretendem que seja levado a conhecimento das IP, S.A., Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro Ministro, Senhor Presidente da ANSR, todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, CCDRC, CIM-RC e Corpos de Bombeiros do distrito de Coimbra. -----

**O Senhor Vereador João Santos** interveio para informar que no passado dia vinte e quatro de janeiro, a Câmara Municipal recebeu uma resposta a uma das inúmeras reclamações que a autarquia efetuou, entretanto, reforçaram a informação de que está previsto no contrato em curso, a sinalização horizontal em diversos troços de estrada no Concelho da Lousã. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar o Voto de Protesto, entretanto subscrito por todo o Executivo. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 1 (um)). -----

Por último, o **Senhor Vereador Victor Carvalho** apresentou um Voto de Recomendação à empresa APIN por agir de forma contrária ao regulamento de serviço em vigor, instrumento este que regula as relações entre a Entidade Gestora e os utilizadores. As reclamações têm incidência na limpeza de caixas de visita, remetendo esta empresa esse serviço para o condomínio, sugerindo até que recorram a empresas externas. O regulamento pelo qual a APIN se rege, atualmente, é do Município de Góis, pois, ainda, não têm regulamento próprio, por isso, onde se lê Município de Góis, deverá ler-se por equivalência APIN. -----



O **Senhor Vereador João Santos** interveio para dar nota que tem conhecimento da existência de alguns casos no concelho. Informou, inclusivamente, que já pediu à APIN uma informação escrita sobre este processo, porque a Câmara Municipal, continua com vontade de ajudar a resolver as situações, mas, que é importante que o processo seja claro e que exista uma diferenciação entre rede predial e rede pública, o que no documento apresentado não é claro. -----

O **Senhor Presidente** interveio dizendo que este assunto já tem sido debatido e, independentemente da localização da caixa, em alguns casos trata-se de rede predial. -----

O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** interpelou para dizer que eventualmente não tem em sua posse algumas das informações que foram disponibilizadas, mas em relação a este caso, disse que gostaria de poder fazer, previamente, uma análise de todos os casos para entender se é rede pública ou privada e, depois pronunciar-se. No seu entendimento, a análise tem que ser verificada e os casos reportados analisados caso a caso, pelo que não se sente confortável a votar este Voto de Recomendação. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** interpelou para afirmar que neste Voto de Recomendação, não há nada que suscite dúvida. Sublinhou que esta recomendação diz para se cumprir o regulamento que está em vigor.-----

O **Senhor Presidente** interveio para dizer que alguns dos casos que já foram aqui apresentados, independentemente da localização à partida sugere que o espaço é público, o que é facto e pelo exemplo referido, verificou-se uma situação que estava a ser reclamada como sendo pública e era do domínio privado. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** tomou a palavra para esclarecer que não está a recomendar para se limparem todas as caixas de visita, o que se recomenda é que aquelas que não são prediais, sejam limpas pela empresa APIN, citando: "*façam de acordo como diz o regulamento!*" -----

O **Senhor Vereador João Santos** usou da palavra a fim de apresentar um exemplo prático em que foi dado o devido tratamento. Realçou a diferença de tratamento que deve existir entre o domínio público e privado, sendo que a APIN não pode fazer exceções e não se recusa a fazer o que lhe compete, pelo que não concorda com a votação favorável deste documento. -----

O **Senhor Presidente** manifestou o argumento do seu sentido de voto pelos motivos expostos na apreciação do documento e intervenções anteriores. O **Senhor Presidente da Câmara** e Senhores/a Vereadores/a do PS apresentaram declaração de sentido de voto contra, relativamente à proposta de voto de recomendação referindo que a APIN tem “agido de forma contrária ao Regulamento de Serviço em vigor”, nomeadamente no que se refere à “limpeza de caixas de visita. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 2-a) (dois traço a)). ----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria com quatro votos contra do PS, rejeitar o Voto de Recomendação. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 2 (dois)). -----

**Ana Paula Sançana** interveio referindo-se ainda ao Voto de Protesto apresentado pelos Vereadores do PSD para dizer que é compreensível que cada vez mais, as pessoas se ausentem das suas obrigações de votar porque, não se revêm num sistema em que pagam os seus impostos e depois não têm direito às coisas mais elementares, nomeadamente, condições de segurança rodoviária, médicos de família, educação competente e gratuita, entendendo que o “*sistema político não está na sua melhor forma.*” Afirmou ser inadmissível que questões tão básicas, estruturantes e tão importantes sejam sucessivamente empurradas pelas entidades de direito, e, neste caso concreto, as Infraestruturas de Portugal. Referiu-se às condições e custos das autoestradas e das outras vias que não têm as condições que deveriam ter. Seguidamente questionou o **Senhor Presidente** sobre a Escola da Floresta, nomeadamente se as infraestruturas já estão preparadas e se já está a ser feito o pagamento do arrendamento das instalações, uma vez que tem conhecimento que está aberto o período de candidatura para um curso de dois anos, na área florestal. Relativamente ao cineteatro, perguntou se a previsão da conclusão das obras previstas para o primeiro semestre ainda se mantém. Teceu algumas considerações relativamente ao trânsito no cruzamento da Rua do Comércio, a Rua Sacadura Cabral e a Rua dos Combatentes da Grande Guerra, perguntando se não está prevista alguma alteração, dado que da forma como está gera alguma confusão. Afirmou que as pessoas não estão satisfeitas com a solução,

no que concerne a prioridade, porque o sinal de STOP é para quem está a subir e tem prioridade quem desce pela Rua Sacadura Cabral. A concluir, perguntou o que é que está previsto para as comemorações do 25 de Abril, dada a aproximação da data. -----

**O Senhor Vereador João Santos** interveio recordando que a Câmara Municipal já fez uma contestação à proposta de tarifário da ERSUC e deu conhecimento que no passado dia dois de fevereiro, houve uma reunião em Coimbra, com a ERSAR e alguns municípios da CIM-RC e alguns da CIM de Aveiro, que manifestaram discordância com a proposta de tarifário que estava proposta. Desta reunião que no seu entendimento foi profícua, ressaltou que relativamente ao aumento não ficou claro que não vá existir, nomeadamente porque segundo a ERSAR as tarifas são adequadas. Os municípios solicitaram à ERSAR, com a maior rapidez possível, que seja apresentado um comparativo entre o que é o perfil tarifário nos vários sistemas que a ERSAR fiscaliza a nível nacional, a fim de os municípios poderem aferir. Ficou, também, definido que a ERSAR irá promover uma auditoria à ERSUC e que será solicitada uma reunião com o Senhor Ministro do Ambiente, no sentido de exigir que o Estado Português, enquanto concedente, faça uma análise e uma fiscalização ao contrato de concessão que foi atribuído à ERSUC e que possam existir outras alterações, nomeadamente que o valor dos recicláveis possa aumentar, porque, neste momento, o mercado dos recicláveis não é atrativo economicamente. Deu, também, conhecimento ao Executivo da realização de mais uma edição das Férias Ativas que contou com a participação de quarenta jovens dos seis aos catorze anos, dando desta forma uma resposta às famílias, nesta pausa de interrupção letiva, derivado ao novo perfil do ano letivo estruturado por semestres. Enalteceu os resultados desportivos do passado fim-de-semana dos quais serão presentes em próxima reunião os respetivos Votos de Reconhecimento. Relativamente à questão levantada pelo **Senhor Vereador Victor Carvalho** sobre a EM 580, informou que a Câmara Municipal não tem conhecimento, até ao momento, de nenhuma ocorrência de dano naquele local. Adiantou que, sendo uma estrada de montanha, em tempo de pluviosidade há sempre algumas pedras que resvalam, mas tem sido executado trabalho de limpeza da via pelos serviços da Câmara Municipal. Sobre o semáforo da Av. Brasil,

informou que na passada semana foram feitos vários testes pela empresa, mas ainda não tem o valor final do custo da intervenção. Adiantou que a Câmara Municipal está a fazer um estudo de uma solução para o local, não da forma das sugestões apresentadas, pelos motivos anteriormente justificados, mas, eventualmente, um sistema de semáforos mais eficiente, conforme sugestão dos serviços técnicos da autarquia, na pessoa do Chefe de Divisão. A concluir e sobre o cruzamento da Rua do Comércio, informou que a alteração foi feita e, neste momento, segundo informação a sinistralidade no local reduziu, consideravelmente. -----

**Alcindo Quaresma** tomou a palavra a fim de tecer algumas considerações acerca de acessibilidades na generalidade e particularmente para pessoas com mobilidade reduzida. Recordou que a Lousã foi pioneira a nível nacional tendo sido, inclusivamente, distinguida como autarquia de turismo de destino acessível, mas, infelizmente, hoje está um pouco longe dessa realidade. Deu nota que esteve de visita à Lousã um grupo de pessoas com deficiência motora, no entanto, não foi possível encontrar um restaurante na Lousã para os receber, agravado o facto com a falta de acesso aos Wc's, A alternativa encontrada pela comitiva foi utilizar o refeitório de uma IPSS. Adiantou, ainda, que este grupo estava a pensar voltar à Lousã, em setembro, com um maior número de elementos para passar uma semana, mas, por algumas razões ficará instalado em Miranda do Corvo. Disse, entretanto, que este assunto não se resume apenas às unidades de restauração ou hotelaria, porque numa visita pela Lousã, são vários os pontos onde se verifica, apesar do que já foi feito, que ainda existem lacunas. Lamentou e disse desconhecer se esta lacuna não estará relacionada com a pouca intervenção dos últimos anos por parte da Provedoria. Disse aguardar expectante que, com a nova nomeação do Provedor Municipal das Pessoas com Incapacidade do Município da Lousã, que as situações possam vir a melhorar. No comércio local, são poucas as lojas onde o acesso a pessoas com mobilidade reduzida seja satisfatória, porque na maioria delas, não existe rampas, só degraus, mesmo em locais que foram recentemente intervencionados. Nos arruamentos, nomeadamente nas passadeiras, há alguns bons exemplos onde as cadeiras de rodas podem passar, mas, alertou que para uma pessoa que está nestas condições, uma pequena saliência torna-se

um grande obstáculo. Deu nota que os passeios são bastante irregulares, com ondulação, buracos e inclinações que não ajudam para quem tem este tipo de dificuldades quer motoras, quer de redução visual. Esta situação também acontece nas estruturas desportivas e de lazer, onde a dificuldade, também, é relevante, embora tenha conhecimento que existem projetos para intervenção nesta área. Contudo, são projetos que irão levar alguns anos a concretizar-se, pelo que é necessária alguma intervenção no imediato, porque as pessoas não devem deixar de ter acesso a estas estruturas, enquanto não são regularizadas as formas de acesso, dando como exemplo o Campo de Rugby e o Campo de Futebol, onde não há acesso às bancadas. Sensibilizou, por isso, o Executivo a tomar algumas medidas e mais rápidas, nesta área, tendo consciência de que algumas delas serão de pequenos custos. Reiterou que pequenas correções e alterações fazem toda a diferença para quem é portador de algum tipo de incapacidade. Por último, referiu como exemplo de falta de sensibilidade e atenção nesta área que na Escola EB2, onde foram executadas algumas obras, não foi tida em atenção as acessibilidades.

**A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira** interveio para dar conhecimento da participação da Lousã no Encontro Nacional da Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras, em Valongo. Reforçou que é uma Rede que a Lousã integra já há vários anos, quer a nível nacional, quer a nível internacional e cuja Carta de Princípios é um dos documentos orientadores da ação do município na Educação formal e informal ao longo da vida e dos projetos e programas já implementados pelo Município da Lousã e onde haverá troca de experiências e trabalho futuro. Recordou que o logo desta Rede resultou de um concurso lançado a nível nacional há dois anos, e foi desenhado por um aluno da Lousã Status sendo agora o símbolo da Rede que acompanha todos os trabalhos que são desenvolvidos. Informou que decorreu na Biblioteca Municipal há duas semanas, o sábado cultural onde o público leitor jovem e menos jovem se juntou e alguns receberam o prémio de bons leitores. No dia vinte e dois, teve lugar outra iniciativa “Lousã a Jogar” que assinalou a conclusão de uma primeira fase do projeto que a Lousã integrou com Espanha, Itália, Eslovénia e Letónia. O objetivo deste projeto foi entre pares fazer aprendizagem e trocar experiências e o resultado final físico foi a criação de uma bicicleta que será uma ludoteca itinerante que levará os jogos a espaços públicos

do concelho, enquadrado nas férias de verão e com a participação dos parceiros. Concluiu dizendo que é com agrado que vê todas as práticas do município a que se refere a obtenção do galardão Autarquia + Familiarmente Responsável. Relativamente às comemorações do 25 de Abril informou que no final do corrente mês de fevereiro, será apresentado um “desenho” do que está a ser preparado nas Unidades de Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, daquilo que se pretende levar a público até ao ano de dois mil e vinte e quatro, ao nível da Educação, Leituras e do Plano Nacional das Artes. -----

**O Senhor Vereador Ricardo Fernandes** pediu a palavra para clarificar uma observação feita pelo **Senhor Vereador Victor Carvalho** dado ter interpretado que ele quis dizer que as pedras da estrada do Cabo do Soito ao Castelo, começaram a resvalar após a intervenção dos passadiços. Reiterou para que ficasse absolutamente esclarecido que essa situação decorre desde a construção da estrada e tem a ver com a estrutura da pedra. Por outro lado, também já afirmou, anteriormente, que existiu um projeto arquitetónico devidamente aprovado pela entidade competente de Reserva Ecológica Nacional, que é a CCDRC e foi já solicitado aos serviços a disponibilização dessa documentação, que entretanto será facultada nos próximos. -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** interveio para esclarecer o **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** que não foi isso que disse. Afirmou sim que, de um lado da estrada, havia o problema dos passadiços e do outro lado, as pedras a resvalarem.

**O Senhor Presidente** tomou a palavra e esclareceu a questão do processo de opção gestionária. Começou por dizer que os trabalhadores com vínculo de emprego público podem ver alterado o seu posicionamento remuneratório por opção gestionária, em conformidade com o regime previsto na LTFP e dentro dos parâmetros delimitativos das sucessivas Leis Orçamentais. São elegíveis para beneficiar de alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária os trabalhadores do órgão ou serviço e que tenham obtido, nas últimas avaliações do seu desempenho referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontram, uma menção máxima, duas menções consecutivas imediatamente inferiores às máximas ou três menções consecutivas imediatamente inferiores a estas, desde que consubstanciem desempenho positivo,

sendo os trabalhadores ordenados, dentro de cada universo, por ordem decrescente da classificação quantitativa obtida nas últimas avaliações do seu desempenho, e em face desta ordenação, até ao limite do montante máximo dos encargos fixados por cada universo. Confirmou que se trata de 5% a que corresponde um universo de catorze trabalhadores e que esta metodologia decorre da lei do SIADAP. Relativamente aos problemas de climatização no Centro de Saúde, disse que essa situação não chegou ao seu conhecimento, mas que iria questionar os serviços. Sobre o processo de contratação pública da Escola da Floresta, informou que está concluído, passando agora à fase de adjudicação das obras de adaptação do espaço que serão relativamente rápidas dado o fim a que se destinam e o início do pagamento da renda será a partir do mês de agosto do corrente ano. Relativamente à conclusão das obras do cineteatro da Lousã, deu nota que está contratualizado com a empresa para o dia trinta e um de maio. Sobre as acessibilidades, citando: *“será sempre um trabalho inacabado, e a melhorar, mas comparativamente a outros concelhos, o Concelho da Lousã, felizmente, ainda apresenta padrões de acessibilidade bastante mais significativo do que outros.”* Realçou, no entanto, que no que diz respeito a vias, espaços públicos e equipamentos, a Câmara Municipal tem feito continuada e significativa intervenção sempre e em todos os anos. Recordou as obras de remusealização do Museu Etnográfico Louzã Henriques, as diversas intervenções de regeneração urbana que criaram melhores condições de usufruto do espaço público por todos os cidadãos, assim como, as obras que estão no plano de ação para a Mobilidade Urbana Sustentável, a requalificação do Parque Infantil Carlos Reis que dispõe de equipamento para crianças com incapacidade e a intervenção no acesso à escola EB2 que se insere nas obras do PAMUS. Os espaços privados têm que ser intensificados e outros retomados com alguma sensibilização. Frisou o facto das condições de saúde e falecimento do Provedor João Henriques e depois do período de pandemia, terem provocado alguma lacuna, todavia, a Câmara Municipal, através da Divisão de Obras Municipais e do seu Chefe Divisão e os técnicos com formação na área, faziam parte da equipa técnica de apoio à Provedoria e por conseguinte é uma questão que está salvaguardada. A acessibilidade do Pavilhão nº 1 da Escola Secundária, é um dos itens mais importantes de intervenção e à

qual está destinada uma verba substantiva em termos de orçamento. A partir de agora, com a nomeação do novo Provedor e sua equipa, a situação será reforçada e operacionalizada com maior acuidade em diversas dimensões. -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** interpelou para dizer, citando: “*eu tenho ideia, mas quase certa, que na requalificação da EB 2 no acesso das ciclovias, no local das paragens de entrada e saída de alunos, não ficou nenhuma rampa de acesso ao passeio. Eu entendo, realmente, que aquelas obras estão inacabadas e, se calhar por isso, a rampa ainda lá vai ficar. O ponto fulcral era este, se estamos a fazer a obra, a obra não é completa. Se está sinalizado, é isso que interessa, caso não estivesse, ficaria aqui hoje assinalado por nós, o que interessa é a sinergia. Só para que fique esclarecido o Senhor Vereador Ricardo Fernandes referiu-se aos estudos que eu pedi, mas isto só indo ver as atas para trás é que se apanhava o fio, mas é mais ou menos isto: quando se falou da primeira vez do abatimento de partes, o que eu questionei, foi se nós decidimos fazer a obra sem fazer um estudo geológico ou geotécnico daquele terreno para perceber se o que lá iríamos implementar seria feito com segurança, sem estar a desperdiçar recursos públicos, e o que me foi dito, foi que havia um parecer. Eu pergunto: tecnicamente se é um parecer para o solo receber aquela infraestrutura? Tivemos um parecer que foi à Assembleia Municipal, etc... Eu fui ver, aquilo não é um parecer, aquilo foi, o que referiu o Senhor Vereador, foi a CCDRC a dizer que sim podem lá instalar o referido equipamento, agora o estudo geotécnico, eu não o conheço e penso que nem nunca terá ido a uma Assembleia Municipal. O que eu pretendo aqui perceber é se foi feito um estudo e que esse estudo salvaguardasse que o solo estava preparado para receber o equipamento. Isso era o que eu queria. Agora se foi autorizado pela CCDRC, claro que teve que ser. Era só esta questão que eu queria esclarecer. O que eu pretendo é a questão técnica e não a questão legal no sentido de podermos, ou não, instalar lá o que está instalado.*” -----

**O Senhor Presidente** deu nota de que o assunto respeitante à acessibilidade no estabelecimento de ensino, foi sinalizado e reportado ao arquiteto projetista que está a trabalhar no levantamento de todas as questões a ajustar com os serviços técnicos da Câmara Municipal. -----

O Senhor Vereador Alcindo Quaresma pediu a palavra, citando: *“a questão colocada tem muito a ver com o que acabou por dizer e que foi falado agora aqui, uma obra nova em que se esqueceram da rampa.”* Reiterou que há pormenores que deveriam ser vistos e nem sequer são identificados. Disse conhecer esta realidade, apesar de não ser especialista na área, e tem feito este tipo de acompanhamento desde há muitos anos, até por questões profissionais e a Câmara Municipal, no passado, prestava outro tipo de apoio. -----

O Senhor Presidente concluiu este assunto dizendo que a Câmara Municipal faz o acompanhamento técnico das soluções no acesso às lojas, por exemplo, porque o restante acesso de espaço privado são os próprios, os arrendatários ou o condomínio que tem a obrigação de fazer. -----

## 2 - Ordem do Dia -----

### 2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 16 de janeiro de 2023. -----

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a Ata da Reunião de Câmara realizada no dia dezasseis de janeiro do ano de dois mil e vinte e três. -----

### 2.2 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

#### 2.2.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal atribuição de um Voto de Reconhecimento ao Lousanense Paulo Manuel de Carvalho Tomás, pela conquista do "Prémio Joaquim de Carvalho" à obra "Walking & Cycling, uma Nova Geografia do Turismo", de sua autoria. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todo o Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento ao Lousanense Paulo Manuel de Carvalho Tomás, pela conquista do "Prémio Joaquim de Carvalho" à obra "Walking & Cycling, uma Nova Geografia do Turismo", de sua autoria. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 3 (três)). -----

**2.2.2 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do mapa de «Demonstração de desempenho orçamental» do ano de 2022.-----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria com três abstenções do PSD, aprovar o mapa de «Demonstração de desempenho orçamental» do ano de 2022. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc nº 4 (quatro)).-----

**2.2.3 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2023.-----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta com três abstenções do PSD, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2023. Deliberou ainda submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc nº 5 (cinco)).-----

**2.2.4 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da abertura do procedimento concursal para recrutamento de trabalhadores.-----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a abertura do procedimento concursal para recrutamento de trabalhadores nas seguintes áreas: um técnico superior, licenciado em serviço social, a afetar à Unidade de Intervenção Social e Saúde da Divisão de Desenvolvimento Social e Económico; oito bombeiros sapadores, da carreira e categoria de bombeiro sapador, a afetar ao Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros; um técnico superior, licenciado em engenharia geográfica, engenharia civil ou engenharia topográfica, a afetar à Unidade de Floresta e Desenvolvimento Rural (BUPI); dois assistentes operacionais (auxiliar de educação), a afetar à Unidade de Educação da Divisão de Desenvolvimento Social e Económico. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc nº 6 (seis)).-----

**2.2.5 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da abertura do procedimento concursal para recrutamento de dirigente – Chefe de Unidade – para a Unidade Jurídica e de Recursos Humanos.-----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a abertura do procedimento concursal para recrutamento de dirigente Chefe de Unidade - para a Unidade Jurídica e de Recursos Humanos. Deliberou ainda submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 7 (sete)).-----

**2.2.6 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 8 (oito)).-----

**2.2.7 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da Política de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses. -----**

**A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** interveio começando por dizer que o PSD vota favoravelmente este assunto, porque se trata de um documento muito importante e concordam com todo o seu conteúdo, ainda assim, suscitou, alguma relutância na designação que lhe foi dada de “política” porque, na sua perspetiva, política, define orientações, caminho, objetivos e o que se pretende com este documento é estabelecer regras ou obrigações e deveres que as pessoas devem cumprir para prevenir esta gestão de conflitos. Citando: *“As pessoas não vão cumprir uma política, antes porém, vão cumprir um regulamento ou uma normativa interna ou um Código de Boas Práticas, conforme o documento anterior. É importante a política, mas anexa a essa política deve haver um regulamento que ponha em prática as diretrizes dessa política.”* -----

**O Senhor Presidente** entendeu o espírito da crítica, mas, sem prejuízo da utilização do termo colocou o documento à votação. A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a Política de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 9 (nove)). -----

**2.2.8 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que delibere dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento de Concessão de Apoios e Benefícios a Instituições que exercem Funções de Interesse Municipal no Domínio da Proteção Civil.** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento de Concessão de Apoios e Benefícios a Instituições que exercem Funções de Interesse Municipal no Domínio da Proteção Civil. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc nº 10 (dez)). -----

**2.2.9 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo com recurso à Linha BEI PT 2020 I Autarquias, no montante máximo de 135.000,00 € destinado à operação CENTRO-06-1406-FEDER-000036 – Rede Ciclável da Lousã – Zona Central.** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta autorizar a contratação do empréstimo de médio e longo prazo Centro – 06 – 1406 – FEDER-000036, Rede Ciclável Urbana – Zona Central, ID PFIN5387; ID EMP 1966, até ao valor de EUR: 135.000,00 (centro e trinta e cinco mil euros) para o financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 CENTRO-06-1406-FEDER-000036 (Rede Ciclável Urbana da Lousã – Zona Central), de que este é beneficiário no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro, e que seja submetida à autorização do mesmo à Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc nº 11 (onze)). -----

**2.2.10 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação das cláusulas contratuais do contrato do empréstimo de médio e longo prazo com recurso à Linha BEI PT 2020 I Autarquias, no montante máximo de 135.000,00 € destinado à operação CENTRO-06-1406-FEDER-000036 – Rede Ciclável da Lousã – Zona Central.** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar as cláusulas contratuais do contrato do empréstimo de médio e longo prazo com recurso à Linha BEI PT 2020 I Autarquias, no montante máximo de

EUR:135.000,00 (cento e trinta e cinco mil euros), destinado à operação CENTRO-06-1406-FEDER-000036 - Rede Ciclável da Lousã - Zona Central. Ressalva-se o facto de que a eficácia desta deliberação tomada fique condicionada à aprovação pela Assembleia Municipal da Lousã da contratação do empréstimo, nos termos da alínea f) no nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 12 (doze)). -----

**2.2.11 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a retificação da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas Municipais.** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a retificação da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas Municipais. Deliberou, ainda, remeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 13 (treze)).-----

**2.2.12 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da aplicação da tarifa social aos clientes finais dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos para o ano de 2023.**-----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para afirmar que o PSD não vai aprovar nada que diga respeito à empresa APIN, enquanto não for articulado o funcionamento que considera como mais correto, sobretudo no que diz respeito às taxas fixas, salvaguardando aqui a questão do apoio social que a Câmara Municipal dá através do serviço de abastecimento de água e saneamento. Lamentou que, ainda assim, são mil seiscientos e setenta e seis utilizadores beneficiários desta medida, onde se incluem pessoas que estão ligadas à proteção civil. Reiterou que o sentido de voto do PSD não é contra a medida do apoio social, mas sim como “*um voto de protesto contra a APIN*”. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta, com três abstenções do PSD aprovar a aplicação da tarifa social aos clientes finais dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos para o ano de 2023. Documento que por ser extenso se dá por

integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas  
- (doc nº 14 (catorze)). -----

### **2.3 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente: --**

**2.3.1 - O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação da prorrogação do prazo de aceitação da transferência de competências no domínio da ação social ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a prorrogação do prazo de aceitação da transferência de competências no domínio da ação social ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto. Deliberou, ainda, remeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas  
- (doc nº 15 (quinze)). -----

**2.3.2 - O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal que delibere dar início ao Procedimento de Elaboração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Mérito Escolar. -----**

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana interveio para demonstrar o seu contentamento porque, citando: *“esta é uma iniciativa que nos é particularmente querida, uma vez que nós em três de outubro de dois mil e vinte e dois precisamente nesta reunião de Câmara apresentámos uma proposta nesse sentido. Gostaríamos, efetivamente que fosse um bocadinho mais ambiciosa no sentido de contemplar alunos para além dos que completam o 12º ano. Mas aguardamos esse regulamento para depois fazermos a nossa apreciação.”* -----

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira adiantou que se pretende os contributos de todos para dar início ao procedimento de uma proposta de Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de Mérito Escolar, a alunos residentes no concelho, a frequentar o 12º ano ou equivalente em escolas do concelho. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta dar início ao Procedimento de Elaboração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Mérito Escolar. Documento que por ser extenso se dá por

integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 16 (dezassex)).-----

**2.3.3 - O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação do Regulamento do Conselho Municipal Sénior da Lousã. ---**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o Regulamento do Conselho Municipal Sénior da Lousã. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 17 (dezassete)). -----

**2.4 - Proposta do Senhor Presidente da Câmara, da Senhora Vice-Presidente e do Senhor Vereador João Santos:-----**

**2.4.1 - O Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de apoio financeiro à ACTIVAR - Associação de Cooperação da Lousã, no montante de 7.500,00€, para prossecução do projeto Espaço J E 8.ª Geração, até junho de 2023. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta atribuir um apoio financeiro à ACTIVAR - Associação de Cooperação da Lousã, no montante de EUR: 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros), para prossecução do projeto Espaço J E 8.ª Geração, até junho do ano de dois mil e vinte e três. O valor em causa foi cabimentado e comprometido através do documento interno nº 45/2023, na rubrica orçamental 0102/040701 e no projeto das GOP com a designação 02 212 2022/13-4. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 18 (dezoito)). -----

**2.5 - Proposta do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Santos:**

**2.5.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense Beatriz Carinhas, que se sagrou Campeã da Zona Centro na categoria de -40kg no Campeonato da Zona Centro de Judo, que teve lugar no dia 14 de janeiro de 2023, em Torres Novas. ---**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todo o Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense Beatriz Carinhas, que se sagrou Campeã da Zona Centro na categoria de -40kg no Campeonato da Zona Centro de Judo,

que teve lugar no dia 14 de janeiro de 2023, em Torres Novas. Este Voto de Reconhecimento é extensivo a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para o excelente resultado alcançado pela Beatriz Carinhas. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 19 (dezanove)).-----

**2.5.2 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense, Ana Morais, que bateu o Record Distrital dos 60 metros W55, com o tempo de 9.45 segundos, no Campeonato Distrital de Atletismo, que teve lugar no dia 14 de janeiro de 2023, em Pombal.** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todo o Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense, Ana Morais, que bateu o Record Distrital dos 60 metros W55, com o tempo de 9.45 segundos, no Campeonato Distrital de Atletismo, que teve lugar no dia 14 de janeiro de 2023, em Pombal. Este Voto de Reconhecimento é extensivo a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para o excelente resultado alcançado pela Ana Morais. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 20 (vinte)). -----

**2.5.3 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento ao atleta Lousanense, Frederico Curvelo, que conquistou a medalha de bronze no Astana Meeting World Indoor Tour 2023 que teve lugar, no Cazaquistão, no dia 23 de janeiro de 2023.** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todo o Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento ao atleta Lousanense, Frederico Curvelo, que conquistou a medalha de bronze no Astana Meeting World Indoor Tour 2023 que teve lugar, no Cazaquistão, no dia vinte e três de janeiro do ano de dois mil e vinte e três. Este Voto de Reconhecimento é extensivo a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 21 (vinte e um)). -----

**2.6 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Ricardo Fernandes:**-----

**2.6.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de apoio financeiro à Associação Gestora da Área Integrada de Gestão da Paisagem Serra da Lousã - AGASL, no montante de 5.000,00 € , destinado a apoiar as despesas de funcionamento.**-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta atribuir um apoio financeiro à Associação Gestora da Área Integrada de Gestão da Paisagem Serra da Lousã - AGASL, no montante de EUR: 5.000,00 (cinco mil euros), destinado a apoiar as despesas de funcionamento. O valor em causa foi cabimentado através do documento interno nº 43, através da rubrica orçamental 0102/040701 e no projeto das GOP com a designação 03 102022/53-5. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 22 (vinte e dois)). -----

**2.6.2 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a aprovação do projeto de execução de "Reabilitação Fluvial dos Ecossistemas Ribeirinhos do Rio Ceira - fase 2 - Municípios de Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra e Lousã," no âmbito do EEA Grants-PDP-3 - Rio Ceira.**-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o projeto de execução de "Reabilitação Fluvial dos Ecossistemas Ribeirinhos do Rio Ceira - fase 2 - Municípios de Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra e Lousã," no âmbito do EEA Grants-PDP-3 - Rio Ceira. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 23 (vinte e três)). -----

**2.6.3 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a aprovação das medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios, no âmbito DL nº 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual - artigos 60º e 61º Condicionamento da Edificação.**-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar as medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios, no âmbito DL nº 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual - artigos 60º e 61º Condicionamento da Edificação. Documento que por ser extenso

se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 24 (vinte e quatro)). -----

**2.7 - Proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara:**-----

**2.7.1 - A Senhora Vice-Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação dos apoios concedidos no mês de janeiro de 2023, no âmbito das Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social.**-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os apoios concedidos no mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, no âmbito das Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social no valor de EUR: 3 434,42 (três mil quatrocentos e trinta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos). A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 0102/04080202. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 25 (vinte e cinco)). -----

**2.8 - Divisão de Obras Municipais e Ambiente:** -----

**2.8.1 - Processo nº 20/2022, Empreitada de Construção da Rede Ciclável Urbana da Lousã - Zona Central - Av. Dr. José Maria Cardoso - Fase 1 - Ratificação dos Erros e Omissões.** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar a lista de erros e omissões da empreitada de construção da Rede Ciclável Urbana da Lousã - Zona Central - Av. Dr. José Maria Cardoso - Fase 1, referente ao processo nº 20/2022. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 26 (vinte e seis)). -----

**2.9 - Público:** -----

Não compareceu. -----

-----  
Nada mais havendo a tratar às doze horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes, e por Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária. -----  
-----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



---